Para onde iremos: algumas tendências populacionais no século XXI*

José Alberto Magno de Carvalho

Introdução

Já é tradição na sessão de abertura da Conferência Geral de População haver uma breve intervenção oral do presidente da IUSSP. Certamente, não se trata de fazer um relato sobre as políticas adotadas e os resultados alcançados durante os quatro anos de mandato, tarefa que caberá ao secretário geral da União, dr. Wolfgang Lutz, em uma das assembléias que transcorrerão durante a Conferência. Por outro lado, julgo não ser apropriado discorrer sobre um tópico muito específico, o que, em princípio, não seria provavelmente de interesse geral da audiência, existindo para isso as quase cem sessões temáticas da Conferência. Em consegüência, decidi abordar o que poderíamos chamar de novo padrão demográfico mundial, caracterizado pela tendência, cada vez mais universal, a baixos níveis de fecundidade e de mortalidade, com o consegüente rápido envelhecimento da população e, provavelmente, aumento dos fluxos migratórios internacionais.

O novo padrão demográfico

Há 30 ou 40 anos, quando os atuais demógrafos seniores iniciavam seus estudos, a Demografia, ainda que em uma visão um tanto esquemática e maniqueísta, dividia, de modo geral, o mundo em dois grandes grupos, do ponto de vista demográfico. De um lado, os países desenvolvidos, com baixa fecundidade e mortalidade, com taxas de crescimento,

tanto vegetativa, quanto intrínseca, bem pequenas, ainda que positivas. Almejavase o que, então, se considerava ideal, isto é, taxa de crescimento nula, conhecida como zpg (zero population growth), que, acreditava-se, seria alcançada sem necessidade de qualquer intervenção externa e, em seguida, por razões um tanto desconhecidas, permaneceria constante pelos tempos vindouros, salvo oscilações conjunturais, garantindo assim uma estabilidade estacionária. De outro lado, os países do mundo subdesenvolvido, com natalidade permanentemente alta e mortalidade declinante, estariam fadados a uma perigosa, para não dizer trágica, explosão demográfica. Dado um implausível choque positivo malthusiano, que levaria a um aumento da mortalidade, apesar de esta ter declinado, acreditavase, devido principalmente a variáveis exógenas (no caso, a ajuda, direta ou indireta, dos países desenvolvidos), que não haveria outra saída aos países subdesenvolvidos senão uma rígida política de controle de natalidade, sem o que não se teriam recursos disponíveis suficientes para os chamados investimentos produtivos. O rápido crescimento demográfico era então considerado não somente impeditivo ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, mas também, talvez principalmente, uma ameaça aos países desenvolvidos.

Hoje, a realidade se mostra totalmente diversa daquela que a maioria considerava deterministicamente predefinida. Os então

Discurso do professor José Alberto Magno de Carvalho, presidente da União Internacional para o Estudo Científico da População (IUSSP), na abertura da XXIV Conferência Geral de População, Salvador, 19 de agosto de 2001.

países desenvolvidos encontram-se, há vários anos, alguns há décadas, com fecundidade abaixo do nível de reposição, permitindo cada vez menos que se admita a hipótese de que se trata de um fenômeno conjuntural, a ser rapidamente revertido. Por outro lado, nos então países subdesenvolvidos, atualmente nomeados como do Terceiro Mundo, houve, de modo geral, com ou sem políticas explícitas ou implícitas de controle de natalidade ou de planeiamento familiar, célere declínio da fecundidade - aliás, em muitos deles, vários com grandes populações, como China, Brasil e México, a partir de um nível muito alto e a um ritmo nunca antes observado nos países do Primeiro Mundo. Ao se analisar apenas em termos quantitativos o processo e o ritmo de espraiamento do declínio de fecundidade no Terceiro Mundo – em cada país, dos grupos socioeconômicos mais privilegiados para aqueles menos favorecidos; nas regiões, dos países menos pobres para os países mais pobres –, pode-se adotar a hipótese robusta de que se trata de um processo que rapidamente se generalizará, tendendo à convergência de níveis tanto entre grupos socioeconômicos em um mesmo país, quanto entre países da mesma região.

Atualmente, 44% da população mundial já vive em 51 países com taxas de fecundidade total abaixo do nível de reposição, e se prevê, segundo as últimas projeções da Divisão de População das Nações Unidas, que em 2015 serão 88 países nessa situação, que responderão por 67% da população mundial (United Nations, 2001). Obviamente, tanto o aumento da proporção da população mundial, de 44% para 67%, quanto o aumento do número de países, de 51 para 88, se darão no que é hoje considerado Terceiro Mundo. Há de se chamar a atenção para o fato de que projeções recentes e independentes entre si da população mundial até meados do século XXI, feitas por várias instituições (ONU, Banco Mundial, Bureau do Censo dos Estados Unidos e o International Institute for Applied Systems Analysis - IIASA), algumas adotando metodologias diferentes, chegam a números bastante semelhantes. Assim, em 2015 a população mundial (projeção média) variaria entre 7,83 bilhões (IIASA) e 7,94 bilhões (ONU) e, em 2050, entre 8,80 bilhões (IIASA) e 9,32 bilhões (ONU) (Lutz, Sanderson e Scherboy, 2001).

Segundo os valores médios das projeções do IIASA, a população mundial alcançaria seu pico em torno de 2070, com aproximadamente 9 bilhões de pessoas, chegando ao final do século com cerca de 8.4 bilhões de indivíduos. Entre 2025 e 2050, a população mundial cresceria abaixo de 0,5% ao ano, quando já haveria declínio, em termos absolutos, da população da Europa Ocidental e da Europa Oriental. Já no último quartel deste século, das 13 regiões nas quais a população mundial foi desagregada, haveria aumento populacional apenas na América Setentrional (Canadá e Estados Unidos) e na América Latina, assim mesmo em proporção absolutamente desprezível (em torno de 3% em 25 anos, em cada uma das Américas). Por se tratar de projeções de muito longo prazo, obviamente esses valores indicam apenas prováveis tendências, mormente quando referidos a regiões, pois a trajetória futura das migrações internacionais poderá levar a uma distribuição espacial da população mundial significativamente diferente daquela obtida mediante projeções com hipóteses sobre fluxos internacionais baseadas em experiências das últimas décadas do século XX.

Consequência inevitável do declínio da fecundidade, o processo de envelhecimento populacional, até duas décadas atrás considerado - principalmente nas sociedades do Terceiro Mundo, inclusive por seus demógrafos e cientistas sociais - um fenômeno um tanto quanto exótico, próprio dos países desenvolvidos, hoje atinge rapidamente boa parte do resto da população mundial. A se aceitar as projeções do IIASA, referidas anteriormente, das 13 regiões do mundo, apenas na África Subsaariana, com 10% da população mundial no ano 2000, não haveria um aumento da proporção de idosos na primeira metade deste século. Entre 2000 e 2050, a proporção da população com 60 ou mais anos de idade aumentaria de 10% para 22% em termos mundiais; de 6% para 19% na África do Norte; de 8% para 22% na América Latina; de 6% para 18% no Oriente Médio; de 7% para 18% na Ásia Meridional; de 10% para 30% na China. Como referência, no mesmo período, passaria de 20% para 35% na Europa Ocidental (Lutz, Sanderson e Scherbov, 2001).

Como se vê, provavelmente dentro de 50 anos a proporção de idosos no que hoje se considera o Terceiro Mundo será a mesma que aquela observada na Europa Ocidental atualmente. Deve-se atentar para o fato de que, por um lado, ao iniciar seu processo de envelhecimento, através do declínio sustentado da fecundidade, as populações européias não eram tão jovens quanto as do Terceiro Mundo no início do mesmo processo, pois seus níveis de fecundidade não eram tão altos. Por outro lado, o declínio da fecundidade européia se deu a um ritmo muito mais lento do que aquele experimentado atualmente no Terceiro Mundo. Ademais, no Terceiro Mundo, no início do mesmo processo, tanto a idade média da função de fecundidade de período, quanto a idade média à maternidade das coortes de mulheres eram menores do que as das populações européias, o que levará a um ajuste muito mais rápido da estrutura etária aos novos e mais baixos níveis de fecundidade.

Se até hoje os enormes avanços da humanidade em termos de declínio da mortalidade tiveram pouco impacto na estrutura etária das populações, ganhos significativos futuros porventura obtidos pela maior parte da população mundial terão, necessariamente, de se concentrar nas idades hoje consideradas avançadas, o que levaria a um aumento significativo da longevidade entre os idosos. O que era considerado praticamente impossível, hoje passa a ser visto como ao menos possível, senão provável, diante dos avanços recentes da biogenética. Nenhuma das projeções referidas no início desta exposição incluíram esses avanços ao formular suas hipóteses quanto à trajetória futura da mortalidade.

Se concretizados, esses ganhos nas idades avançadas, dos quais, legitimamente, todos desejarão se beneficiar, terão como conseqüência quase exclusiva, do ponto de vista demográfico, um aumento no número de idosos, com impacto praticamente nulo nas idades produtiva e reprodutiva e, por consequinte, nas idades jovens, pois não haveria, como conseqüência, mudança, pelo menos significativa, seja da taxa líguida de reprodução, seja da idade média à maternidade das mulheres de cada coorte. O ritmo potencial de crescimento destas populações (taxa intrínseca de crescimento) não se modificaria como consegüência desse aumento da longevidade, porém incidiria sobre uma população maior e ainda mais envelhecida.

Se o possível declínio da mortalidade nas idades avançadas representará, sem dúvida, um ganho para a humanidade, apesar dos desafios que seguramente gerará, na área ainda da mortalidade há um fenômeno recente que só produz dor, perdas, enfim, tragédia, tanto no nível dos indivíduos, quanto no da sociedade. Tratase da epidemia da AIDS, e seria imperdoável se a ela não me referisse nesta exposição. Até pouco tempo limitada a grupos dos quais a maioria de nós, preconceituosamente, se sentia distanciada, a AIDS avança em todas as direções, exigindo a incorporação de todos à luta contra esta terrível doença, quer como profissionais, no esforço de estimação das tendências de suas prevalecências e incidências e de identificação de seus determinantes e entendimento de seus processos, quer como cidadãos, no esforço de conscientização de que esta epidemia só será controlada, quiçá exterminada, se houver coesão interna, dentro de cada sociedade, e solidariedade internacional. Em sua maioria, os países com maiores incidências e prevalecências da AIDS são pobres e não têm a menor condição econômica e institucional para enfrentar a epidemia sem ajuda internacional, tornando imprescindível que os novos medicamentos, desenvolvidos por laboratórios do Primeiro Mundo, possam ser distribuídos gratuitamente aos portadores do HIV, o que só será possível se o preço a pagar pelos governos respectivos for acessível.

Para que se possa ter uma idéia, ainda que superficial, dessa tragédia que hoje atinge inúmeras populações e que nada garante não se espalhará por toda a humanidade caso não haja um esforço, concertado mundialmente, para seu debelamento, refiro-me apenas a alguns números constantes de documento recente da Divisão de População das Nações Unidas, intitulado The demographic impact of HIV/AIDS (United Nations, 1999). Obviamente, por se tratar de uma epidemia emergente, as previsões sobre seu impacto, ainda que puramente demográfico, nas próximas décadas estão sujeitas a margem razoável de erro, o que será, inclusive, objeto de trabalhos e discussões nesta Conferência. De qualquer maneira, os números envolvidos são tão grandes e trágicos que as prováveis margens de erro em nada mudariam a gravidade do problema e a urgência de seu enfrentamento e solução.

Segundo o estudo das Nações Unidas, já no período 2000-2005, a taxa bruta de mortalidade, por mil habitantes, dos nove países com mais de 10% de prevalência do HIV na população adulta será de 18,7 óbitos, contra 9,4, que seria a taxa na ausência do HIV. Sua população, em 2015, seria de 190,6 milhões, mas provavelmente atingirá apenas 163 milhões devido à incidência do HIV. Isto significa uma diferença, para menos, de 30,6 milhões de pessoas nesses nove países, ou 15% a menos do que teriam na ausência do HIV, devido às mortes e a seu efeito indireto sobre a população, isto é, os sobreviventes dos filhos que teriam nascido se porventura seus potenciais pais não tivessem falecido devido ao HIV. Apenas nos 33 países analisados pelo estudo (29 africanos, 3 asiáticos e 2 latino-americanos), com uma população, em 1985, de 1,308 bilhão de habitantes, a população prevista para 2015, 2,204 bilhões, poderia ser acrescida de cerca de 80 milhões de indivíduos, não fossem os impactos projetados do HIV. Tratase, portanto, de uma tragédia em boa parte evitável mediante um esforço, que deveria ser planetário, de conscientização, tanto no sentido de sua prevenção, quanto no sentido de apoio para se propiciar aos infectados uma sobrevida digna e tão saudável quanto possível, inclusive com acesso gratuito à terapêutica de ponta. Desnecessário dizer que a AIDS vem se agregar a um quadro que, em muitos países, inclui uma multiplicidade de problemas nosológicos, tais como a desnutrição, a tuberculose, a malária, doenças decorrentes da baixa cobertura vacinal e das más condições de saneamento e de assistência à saúde, entre outros.

No quadro da dinâmica demográfica mundial das próximas décadas, caracterizado por ritmos de crescimento demográfico cada vez mais próximos de zero e rapidíssimo processo de envelhecimento, dentro do qual os países economicamente mais avancados deverão. todos, experimentar taxas vegetativas de crescimento negativas, com ritmo acelerado de crescimento da razão de dependência demográfica de idosos, há de se esperar um aumento significativo, por parte destes países, da demanda por imigrantes estrangeiros. Um instigante estudo da Divisão de População das Nações Unidas, recentemente publicado sob o título de Replacement migration, mostra que, entre 1995 e 2050, a Europa teria de ter um saldo migratório internacional positivo anual médio de 2,9 milhões de pessoas apenas para manter constante sua população em idade ativa (15 a 64 anos). Na Rússia, o saldo migratório anual médio teria de ser de 650 mil; na União Européia, 1,4 milhão; no Japão, de 609 mil pessoas. Mesmo assim, ainda haveria significativo envelhecimento populacional nesses países e regiões. Para que se mantivesse constante a taxa de dependência demográfica de idosos (relação entre população com 65 ou mais anos de idade e população de 15 a 64 anos) entre 1995 e 2050, o saldo migratório internacional positivo anual médio teria de ser de 25,2 milhões na Europa; 4,7 milhões na Rússia; 12,7 milhões na União Européia; 10 milhões no Japão (United Nations, 2000a, Tabela IV.4).

Esses números são tão grandes - e observem que se trata de média anual em um longo período de 55 anos - que não é realista se pensar que possam se concretizar, como, aliás, em nenhum momento admite o trabalho das Nações Unidas. Haverá, com certeza, uma certa adequação, tanto em termos tecnológicos, quanto culturais, a esse padrão demográfico, levando a uma demanda por imigrantes estrangeiros menor do que aquela da simulação das Nações Unidas. Porém, sem dúvida haverá uma demanda crescente por imigrantes estrangeiros, o que já se nota em alguns países europeus, apesar da conhecida resistência por parte de vários setores da opinião pública.

Este provável aumento de demanda por imigrantes ocorrerá, como visto, em um contexto de rápido declínio de fecundidade, taxas decrescentes de crescimento populacional e célere processo de envelhecimento em vários países, tradicionais fontes de migrantes para o Primeiro Mundo. Ademais, seguramente a demanda por imigrantes será cada vez mais seletiva, concentrando-se nos jovens e naqueles intelectual e tecnicamente mais capacitados. Pode-se imaginar, realisticamente, um cenário em que a migração internacional, até hoje vista, na maioria das vezes, como produzindo um benefício líquido nos países de origem - por aliviar a pressão social causada pela pobreza e garantir o recebimento de divisas, através das remessas dos emigrantes a seus familiares –, passe a significar perdas cada vez maiores para esses países, ao não conseguirem manter o que têm de melhor em termos de recursos humanos. Se, de um lado, os países do Terceiro Mundo têm de investir maciçamente em educação, inclusive preparando seus jovens no que há de mais avançado em termos científicos e tecnológicos, condição imprescindível para quebrar o círculo vicioso do subdesenvolvimento, de outro lado, terão de definir políticas e planos que garantam, competitivamente, a absorção desses jovens em seu sistema produtivo. Do contrário, os perderão para outros países, que lhes oferecerão melhores condições.

Atualmente, a tese favorável à abertura das fronteiras à migração internacional, tema aliás, evitado reiteradamente nos fóruns oficiais internacionais, tem recebido dos países desenvolvidos forte oposição. Não é de todo irrealista imaginar que, no futuro próximo, países do Terceiro Mundo, hoje tradicionais provedores de migrantes internacionais e, em geral, defensores das fronteiras abertas, mudem de posição e passem a impor restrições à saída de seus nacionais e/ou queiram receber compensação pelos investimentos neles realizados.

Enfim, as migrações internacionais, tradicionalmente consideradas como um processo que leva à minoração das desigualdades, podem passar, crescentemente, a contribuir para o aumento do fosso entre países pobres e ricos, significando uma transferência líquida significativa das sociedades mais pobres para as mais ricas.

Conclusão

Ainda que permaneçam dúvidas quanto ao limite do declínio da fecundidade nos países do Terceiro Mundo e sobre a manutenção dos níveis naquelas populações que atualmente já os têm abaixo do nível de reposição, não se pode descartar a hipótese de que, no futuro bastante próximo, haja uma razoável convergência entre os vários países, inclusive em um patamar abaixo do nível de reposição. Por outro lado, a despeito da ameaça da epidemia da AIDS e do recente aumento da mortalidade em vários países da Europa Oriental, fenômenos que são, provavelmente, reversíveis, parece que os ganhos em relação à mortalidade, inclusive no Terceiro Mundo, serão duradouros e se pode esperar, também, convergência de níveis e, ademais, até avanços significativos em relação às idades avançadas.

Em relação aos países do Terceiro Mundo, a transição da fecundidade oferece, na atual fase, uma oportunidade demográfica única para a mitigação, e até a solução, de vários problemas sociais crônicos – como aqueles nas áreas

educacional, nutricional e de saúde das crianças e jovens –, propiciada pela rápida diminuição do seu peso relativo na população, que, se devidamente aproveitada, em muito poderia contribuir para enfrentar os novos desafios causados por essa mesma transição, principalmente pelo rápido envelhecimento da população. As oportunidades poderão ou não ser aproveitadas, ao passo que os desafios serão inevitáveis!

A transição da fecundidade será muito rápida no Terceiro Mundo, que em poucas décadas passará de taxas altíssimas para taxas muito baixas de fecundidade, em um processo significativamente mais rápido do que o observado no Primeiro Mundo. Isto significa que será muito menor o tempo de que se disporá para aproveitar as oportunidades, além do contexto mais desvantajoso, por se tratar de sociedades e economias dependentes. Cito, para terminar, as palavras do professor David Reher, em um trabalho recém-apresentado no Seminário da IUSSP sobre A História da População Mundial no Segundo Milênio, realizado em Florença:

A velocidade da transição demográfica nos países que a tiveram iniciada mais tardiamente não propiciará a eles a mesma ampla margem para crescimento econômico e transformações sociais. A situação de explosivo crescimento populacional, com população extremamente jovem, se transformará, celeremente, em outra, com rápido envelhecimento da população. Não se trata, apenas, de opinião bem informada, mas, sim, de um cenário realista de um futuro bem próximo. A janela de oportunidades propiciada pela transição demográfica, que contribuiria para o processo de modernização social e econômica da maioria (da população) do mundo, será, na verdade, bem estreita. (Reher, 2001)

Apenas acrescentaria às suas palavras que, exatamente por ser estreita, em comparação com aquela vivenciada no passado pelo Primeiro Mundo, é que se tem de aproveitar dessa janela da maneira mais eficiente e eficaz possível, porque as oportunidades passarão rapidamente, permanecendo para sempre os desafios.

Referências bibliográficas

BIODEMOGRAPHIC perspectives on human longevity. **Population**, Paris, v. 13, n. 1, 2001.

CARVALHO, J. A. M. e WONG, L. R. Demographic and socio-economic implications of rapid fertility decline in Brazil: a window of opportunity. In: MARTINE, G., DAS GUPTA, M. e CHEN, L. C. Reproductive change in India and Brazil. Dehli/New York: Oxford University Press, 1998. p. 208-239.

FECUNDIDAD por debajo del nivel de reemplazo. **Boletin de Poblacion de las Naciones Unidas**, Nueva York, edicion especial n. 40/41, 1999.

FRIEDLAND, Robert B. Life expectancy in the future: a summary of a discussion among experts. **North American Actuarial Journal**, v. 2, n. 4, p. 48-63, Oct. 1998.

LUTZ, W., SANDERSON, W. e SCHERBOV, S. The end of world population growth. Nature, v. 412, n. 6.846, p. 543-545, Aug. 2001. (Disponível na Internet em: http://www.nature.com/cgi-taf/dynapage.taf?file=/nature/archive/lssueYear2001).

MARTINE, G., HAKKERT, R. e GUZMAN, J. M. Population and development strategies: responding to new challenges (Preliminary version to interne discussions).

REHER, David S. **The demographic transition revisited**. *Paper* apresentado no seminário The History of World Population in the Second Millenium. Florença, Itália, jun. 2001.

UNITED NATIONS. The demographic impact of HIV/AIDS: report on the technical

Enviado para publicação em 20/2/2002.

meeting New York, 10 November 1998. New York: United Nations, 1999.	AGEING AND POPULATION DECLINE 2000, New York. Proceedings New York
Replacement migration: is it a	United Nations, 2000b.
solution to declining and ageing populations? New York: United Nations, 2000a.	United Nations 2000 assessment New York: United Nations, 2001. (Disponíve
EXPERT GROUP MEETING ON POLICY RESPONSES TO POPULATION	na Internet em: http://www.un.org/esa/population).